

Os servidores públicos e o cooperativismo

O COOPERATIVISMO não é pura e simplesmente uma noção teórica, bela e generosa, excelente para tratamento em artigos de fundo. Longe disso. O cooperativismo é uma invenção social, passível de utilização prática como qualquer invenção mecânica. É uma forma de associação efetiva de esforços e interesses, mediante a qual se torna fácil, a grupos numerosos, a realização de grandes propósitos.

Além disso, o cooperativismo é um agente espontâneo da justiça social, porque elimina o privilégio, destrona o egoísmo e distribui eqüitativamente os benefícios do esforço organizado.

Em tôdas as grandes emprêsas industriais e comerciais, o trabalho é dividido e distribuído a numerosas pessoas. Todos tomam parte no processo da produção. Mas os resultados do esforço comum são distribuídos desigualmente — sob a forma de salários e vencimentos para a maioria, e de lucros e dividendos para a minoria — os proprietários, sócios ou acionistas. Já nas emprêsas cooperativas, a participação das pessoas não fica restrita aos ônus: estende-se também aos benefícios. Êsse é o aspecto mais atraente, fecundo e construtivo do cooperativismo — a distribuição eqüitativa das vantagens e ganhos.

Fatos conhecidos, mil vêzes confirmados, atestam que o cooperativismo de consumo, por exemplo, permite aos associados uma economia de 15 a 30 % na aquisição de móveis, roupas, especialidades farmacêuticas e gêneros alimentícios, que são os principais itens das despesas individuais.

A distribuição de bens de consumo feita por intermediários conserva aspectos irracionais e anti-econômicos: não há limites para o número de etapas que a mercadoria deve percorrer do produtor ao consumidor e, em cada etapa, o preço de cada artigo sofre um aumento, destinado a sustentar mais um intermediário. Conquanto algumas dessas etapas contribuam para facilitar a distribuição e, assim, desempenhem uma função social útil, outras são puramente parasitárias e diversivas. O cooperativismo de consumo elimina os intermediários inúteis; racionaliza o processo da distribuição; contribui para robustecer e arejar as atividades econômicas.

O cooperativismo é uma forma de associação própria dos povos mais civilizados — uma etapa superior do progresso social. Seduz, de preferência, o homem evoluído, muito afastado do estágio do individualismo animal.

A idéia de se introduzir o cooperativismo de consumo nos hábitos dos servidores públicos não podia ser mais oportuna e feliz. Oportuna, porque o cooperativismo, pela eliminação dos intermediários, pela aquisição em grande escala e pela honestidade dos pesos e medidas, contribuirá imediatamente para aumentar o poder aquisitivo dos servidores públicos, afetado pelo encarecimento da vida. Feliz, porque será mais um elo a unir a classe, mais um interesse comum a consolidar-lhe o espírito de colegismo.

Nada há a temer na prática do cooperativismo genuíno. Desde que sejam evitados erros ou vícios de origem, basta uma administração honesta, a cargo de elementos sinceramente devotos da idéia, para que uma cooperativa logre os mais animadores sucessos. No caso dos servidores públicos federais, precisamente os que temos em vista ao redigir o presente editorial, uma grande cooperativa de consumo, que conseguisse o apoio prático de toda a classe, poderia produzir benefícios equivalentes a um considerável aumento de vencimentos.

Como apoiar praticamente a organização da cooperativa de consumo dos servidores públicos? Em primeiro lugar, fazendo-se sócio. Em segundo, mostrando as vantagens do cooperativismo aos colegas. Complementarmente — interessando-se pela marcha da organização, criticando construtivamente as hesitações e possíveis cochilos, aplaudindo os progressos feitos. Numa palavra: tomando parte ativa e vigilante no processo de organização, para que o impulso inicial não se relaxe, antes se torne cada vez mais vigoroso.